



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 121, DE 2005

(Nº 180/05, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I e 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Flávio Roberto Bonzanini, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

Os méritos do Ministro Flávio Roberto Bonzanini que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 31 de março de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 82/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 30 de março de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo 1 ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Flávio Roberto Bonzanini, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o País e **curriculum vitae** do Ministro Flávio Roberto Bonzanini que, juntamente com a mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE FLÁVIO ROBERTO BONZANINI

CPF.: 3068374715

ID.: 1174413 SSP/DF

- 1948 Filho de Elio Antônio Bonzanini e Norma Ingard Schneider Bonzanini, nasce em 13 de julho, em Guaporé/RS.
- 1972 Direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas/RJ.
- 1972 CPCD-IRBr
- 1973 Terceiro Secretário, em 06 de fevereiro
- 1973 Divisão da ALALC, Assistente
- 1975 Ciências Econômicas pela Universidade do Distrito Federal/DF
- 1977 Segundo Secretário, antigüidade, em 15 de abril
- 1977 Embaixada em Roma, Segundo e Primeiro Secretário
- 1977 Feira de Calçados e Couro de Florença, Diretor do Pavilhão Brasileiro
- 1978 Feira do Levante de Bari, Diretor do Pavilhão Brasileiro
- 1979 CAD-IRBr
- 1980 Primeiro Secretário, por merecimento, em 20 de novembro
- 1981 Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, Primeiro Secretário
- 1982 Ordem al Merito della Repubblica Italiana, Itália, Oficial
- 1984 Divisão de Cooperação Intelectual, Assistente
- 1984 Reunião Inter-Regional das Comissões Nacionais da UNESCO, Ottawa, Representante brasileiro
- 1985 Subsecretaria-Geral de Administração e Comunicações, Chefe de Gabinete
- 1986 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Assessor
- 1986 Conselheiro, por merecimento, em 16 de dezembro
- 1987 Secretaria de Modernização e Informática, Secretário interino
- 1987 Reunião sobre Informatização de Chancelarias, Santiago, Representante brasileiro

- 1987 Missão de Cooperação para a Reorganização do MRE da Guatemala, Cidade da Guatemala, Chefe de delegação
- 1987 Missão de Cooperação para a Reorganização do MRE de El Salvador, San Salvador, Chefe de delegação
- 1988 Embaixada em Santiago, Conselheiro
- 1990 Reunião Preparatória de Representantes Governamentais para Meio Ambiente, Santiago, Chefe de delegação
- 1990 CAE-IRBr "O Chile e o Cobre - o papel do cobre nas relações entre o Brasil e o Chile - Perspectivas"
- 1992 Embaixada em Bogotá, Conselheiro e Chefe da Chancelaria
- 1995 Secretaria de Controle Interno, Subsecretário de Acompanhamento, Avaliação, Orientação, Coordenação e Controle Financeiro
- 1995 Divisão de Assistência Consular, Chefe
- 1995 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 22 de junho
- 1995 Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior, Chefe substituto
- 1995 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
- 1996 Professor de Prática Consular, IRBr e DRH
- 1996 Seminário sobre Imigração Japão-América Latina, Tóquio, Representante brasileiro
- 1996 Grupo de Trabalho para o Revigoramento e Atualização do Manual de Serviço Consular e Jurídico, Coordenador
- 1997 Grupo de Trabalho sobre Vice-Consulados, Coordenador
- 1997 Missão de Inspeção de Vice-Consulados de fronteira, Chefe de delegação
- 1997 Relator de teses do CAE-IRBr
- 1998 Seminário de Capacitação em Assuntos Consulares, Guatemala, Instrutor pelo Brasil
- 1998 Embaixada em Bruxelas, Ministro-Conselheiro
- 1998 Embaixada em Bruxelas, Encarregado de Negócios junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo
- 2000 Curso de Prática Diplomática para Funcionários de Países-Membros da CPLP, Maputo, Instrutor
- 2001 Curso de Prática Diplomática para Funcionários de Países-Membros da CPLP, São Tomé e Príncipe, Instrutor

Claudia D'Angelo
CLAUDIA D'ANGELO

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA-III

INFORMAÇÃO BÁSICA

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Atualização: março/2005

Introdução

A República Democrática do Congo (RDC) está localizada na região central do continente africano. Possui estreita faixa de ligação territorial com o Oceano Atlântico e limita-se com oito vizinhos: República do Congo, República Centro-Africana, Sudão, Uganda, Ruanda, Burundi, Zâmbia e Angola. O país tem uma superfície de 2,345 milhões de km², onde vivem aproximadamente 58 milhões de habitantes, e dispõe de abundantes recursos minerais. Seu Produto Interno Bruto atinge cerca de US\$9 bilhões e a renda **per capita** situa-se em torno de US\$200. A capital e principal centro urbano é Kinshasa, com população de 5 milhões de habitantes. Ademais de seu significado em termos territoriais, populacionais e de potencial econômico, a RDC tem a realçá-la a circunstância de ser um ponto privilegiado de observação do quadro regional africano, em virtude da localização geográfica e das diversas etnias ali presentes.

A RDC, nome conferido em 1997 à antiga República do Zaire, adota regime presidencialista. O atual Chefe de Estado é Joseph Kabila, que assumiu em janeiro de 2001, após guerra civil, na qual se envolveram países vizinhos. O atual Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional é Antoine Ghonde Mangalibi, no cargo desde 10 de julho de 2004. Celebra-se a data nacional no Dia da República, 24 de novembro. O idioma oficial é o francês.

História

No final do século XIX, a região da bacia do rio Congo fazia parte dos domínios africanos do monarca belga Leopoldo II. Em 1884, o Congresso de Berlim reconheceu a soberania belga sobre toda a região, então conhecida como “Estado Livre do Congo”. Em 1908, o território tomou-se a colônia do Congo Belga.

Em 1959, após a repressão violenta de uma manifestação pública, com saldo de 40 mortos, as autoridades belgas decidiram iniciar processo de transição política, que conduziu à independência do território, em 30 de junho de 1960, com o nome de República

Democrática do Congo. Joseph Kasavubu tomou-se o primeiro Presidente e o líder nacionalista Patrice Lumumba assumiu o cargo de Primeiro-Ministro.

Após a derrota do movimento secessionista da província de Katanga (que passou a denominar-se Shaba), em janeiro de 1963, seguiu-se período marcado por novos conflitos internos. Moises Tschombé foi nomeado Primeiro-Ministro no novo governo formado pelo Presidente Kasavubu. Em 1965, Tschombé foi destituído, o que gerou crise política, parcialmente resolvida por um golpe militar liderado pelo então Coronel Joseph Desiré Mobutu, que exerceu o poder até ser destituído em 1996.

Política Interna

A assunção do governo por Joseph Desiré Mobutu em 1965, após o golpe militar, apoiado pelos Estados Unidos e França, levou à relativa pacificação do país e à consolidação da independência, obtida cinco anos antes. Mobutu, líder populista e carismático, fundou o Mouvement Populaire de la Révolution (MPR), partido único que viria a constituir a base política de sua longa permanência no poder. O presidente seria reeleito para três mandatos consecutivos de sete anos, em 1970, 77 e 84.

Perto de completar o terceiro mandato, foi decretado o fim do sistema de partido único. Em fevereiro de 1991, cerca de 70 partidos já haviam sido registrados. Dada a grave crise econômica do país, em abril, anunciou-se a convocação de uma “Conferência Nacional”, com os objetivos de discutir todos os assuntos de interesse e elaborar um projeto de Constituição. Na pauta de discussões, o principal tema era a deterioração da situação econômica, com inflação galopante, esgotamento das reservas financeiras, perda de crédito externo, falta de investimentos e destruição da infra-estrutura local.

A partir desse período, a política interna do Zaire foi marcada por uma sucessão de crises, as quais levaram à destituição de Mobutu, em maio de 1997, e a uma guerra civil, em meio à qual seu sucessor, Laurent Kabila, veio a ser assassinado em janeiro de 2001. Dias depois, seu filho Joseph Kabila foi nomeado novo Chefe de Estado.

Entendimentos políticos alcançados a partir de então permitiram gradual e relativa pacificação do país. Em 2002, ao longo do terceiro trimestre, retiraram-se do território da RDC as tropas ugandenses, ruandesas, angolanas, zimbabuanas e namibianas, que intervieram no conflito interno. Em dezembro, acordo global e inclusivo sobre a transição foi acenado em Pretória e veio a ser formalizado em março de 2003. Na nova repartição do poder, o país passou a ser dirigido por um Presidente (Joseph Kabila) e quatro Vice-Presidentes, cada um dos quais em representação das principais forças de oposição, armadas ou não, e responsável por

determinado setor da administração. Ficou acertada a criação de novo exército nacional, composto das forças armadas do Governo e dos dois principais grupos de oposição, a coligação RCD-Goma (Rassemblement Congolais pour la Démocratie), do Vice Azarias Ruberwa, e o Movimento de Liberação do Congo (MLC), do Vice Jean-Pierre Mbemba Gombo. A concretização dessa medida tem-se revelado difícil, no entanto, inclusive pela insubordinação de alguns grupos armados e pelas tensões que ainda se manifestam, sobretudo na região leste da RDC, apesar da ação desenvolvida pela missão de paz das Nações Unidas (MONUC).

Em janeiro de 2005, o Chefe da Comissão Eleitoral Independente mencionou a possibilidade de vir a ser adiada a eleição presidencial prevista para junho, com base no acordo de paz. A conclusão do processo legislativo, que inclui a redação da nova constituição e de textos legais básicos, como a lei eleitoral, vem constituindo uma das medidas mais importantes e complexas do processo de pacificação em curso.

Economia

A economia congoleza baseia-se na exploração de recursos minerais, sobretudo cobalto, cobre e diamantes. O país tem grande potencial hidrelétrico, com destaque para o projeto da barragem de Inga, além de abundância de recursos madeireiros e agrícolas (café, cacau, dendê). Entre 1991 e 2001, a situação econômica deteriorou-se progressivamente, com índice negativo de crescimento anual médio do PIB – menos 6,7%. Em 2002, registrou-se crescimento de 3%, muito embora a desagregação experimentada pela economia nos últimos anos tenda a comprometer a confiabilidade dos dados macroeconômicos.

A agricultura representava, em 1996, 50% do PIB, contrastando com uma participação de 25% em 1985. O setor industrial reduziu sua participação no PIB de 33%, em 1980, para os atuais 11%.

Após o afastamento de Mobutu, registraram-se alguns resultados positivos, como a redução da taxa de inflação de 659%, em 1996, para 176%, em 1998, e 25,7%, em 2002 (segundo informação colhida do governo congolês pela delegação brasileira de alto nível que esteve em visita a Kinshasa em abril de 2004, a RDC teria reduzido, ainda mais, a inflação nos primeiros meses do ano e conseguido estabilizar sua economia de forma considerável). Outro resultado auspicioso consistiu no restabelecimento do diálogo com a comunidade financeira internacional, especialmente na esteira da parcial pacificação do país em 2002. Doadores e instituições financeiras internacionais adotaram medidas favoráveis, entre as quais o desbloqueio de empréstimo de 454 milhões de dólares pelo Banco Mundial e a anulação de dívida de 4,64 bilhões de dólares por parte do Clube de Paris. A dívida externa da RDC seria da ordem de 11 bilhões de dólares, segundo dados de 2002.

No tocante ao intercâmbio comercial, as exportações teriam somado 1,4 bilhão de dólares, em 2002, contra importações de US\$906 milhões. Os principais itens exportados compreendem diamantes, cobre, cobalto e café. As exportações destinam-se principalmente à Bélgica (64%), EUA (13%) e África (7,7%). Na pauta de importações sobressaem bens de consumo e de capital, alimentos e material de transporte, provenientes da África (42%), União Européia (41%) e Ásia (9,7%).

Política externa

A partir de 1990, com o término da Guerra Fria, as credenciais anticomunistas do Governo de Mobutu deixaram de ser relevantes, à medida que o apoio ocidental passou a ser condicionado, cada vez mais, ao respeito dos direitos humanos, à observância de princípios democráticos e à preservação da estabilidade regional. A incapacidade do Governo Mobutu de satisfazer esses critérios fez com que as potências ocidentais (EUA e França) apoiassem o movimento rebelde de Laurent Kabila, tido, naquela ocasião, como capaz de instaurar a democracia no País e promover a estabilidade regional.

Nas relações com os principais parceiros ocidentais, i.e., França, EUA e Bélgica, a política externa congoleza traduz a aguda dependência do País com relação a recursos financeiros assistenciais e a mercados para suas exportações. Com respeito às Nações Unidas, o relacionamento foi pontuado por desentendimentos passados quanto ao envio de observadores à região leste da RDC e à organização de ajuda humanitária. O atual Presidente Congolês, Joseph Kabila, pleiteou, por outro lado, em 2004, o reforço da missão da ONU (MONUC) que atua em seu País desde 1999.

No âmbito regional, a política externa da RDC vem gravitando em torno da progressiva pacificação do País, com base nos entendimentos alcançados em 2002/2003 para superar a guerra civil que eclodiu no final dos anos 90 e envolveu a intervenção de Ruanda e Uganda, vizinhos na ainda problemática região leste.

Relações com o Brasil

O Brasil reconheceu a independência da República Democrática do Congo em 17 de agosto de 1960, estabelecendo relações diplomáticas com aquele País em julho de 1968. Em abril de 1972, foi criada a Embaixada do Brasil em Kinshasa. Em 1974, a RDC estabeleceu Embaixada residente em Brasília. Em 1997, a Embaixada brasileira em Kinshasa foi desativada, passando o Posto a ser cumulativo, sucessivamente, com outras representações diplomáticas na África. Em dezembro de 2004, reabriu-se a Embaixada na capital congoleza. A reabertura foi motivada pela prioridade conferida pelo Governo Lula ao desenvolvimento das relações com a África e levou em consideração a particular relevância da RDC no quadro regional africano.

Entre as visitas de alto nível, cabe recordar a do Chanceler brasileiro Mário Gibson Barbosa, em novembro de 1972, quando os dois Governos assinaram a “Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural”. Em fevereiro de 1987, o então Presidente, Marechal Mobutu Sesse Seko, efetuou visita ao Brasil.

Demonstrando o interesse de revitalizar o relacionamento bilateral, após relativa interrupção ocasionada pelos problemas domésticos vividos pelo País africano nos anos 90, o Diretor do Departamento da África do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, esteve em missão em Kinshasa, em fevereiro de 2004, acompanhado do Embaixador do Brasil em Luanda, Jorge Taunay (que então detinha a comutatividade da RDC), e do Chefe da Divisão da África-I, Conselheira Maria Elisa Teófilo Luna. Na ocasião, o Vice-Presidente Jean-Pierre Mbemba Gombo, responsável pelos assuntos econômicos e financeiros, manifestou seu interesse em visitar o Brasil, visita essa concretizada no período de 21 a 24 de março de 2005. Em Brasília, no dia 22, o visitante foi recebido em audiências pelo Vice-Presidente da República, José Alencar, e pelos Ministros de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan. Mbemba Gombo assinalou o interesse congolês no estabelecimento de parcerias com o Brasil em diferentes setores.

Em novembro de 2004, durante a estada em Brasília para participar de reunião da Unesco, outro Vice-Presidente, Arthur Zahidi Ngoma, encarregado dos temas culturais, foi recebido em audiências pelo Vice-Presidente da República e pelo Chanceler Celso Amorim. A autoridade congoleza também manteve proveitoso contato com o Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, a quem prestou informações sobre as oportunidades de negócios na RDC, notadamente nas áreas de infra-estrutura e mineração.

Mecanismo para o encaminhamento de iniciativas de cooperação bilateral consiste na Comissão Mista Brasil-RDC, que, no passado, efetuou duas reuniões: em Brasília, em 1980, e em Kinshasa, em 1988. Uma terceira reunião, prevista para 1991, não chegou a concretizar-se devido à deterioração da situação política no País africano a partir daquele ano. No final dos anos 80, as possibilidades de cooperação bilateral eram das mais promissoras, havendo a Embrapa identificado vários projetos de interesse e a construtora amazonense Constrama participado de projeto de construção de casas populares no vale do rio Congo.

Com a mencionada deterioração da situação política a partir de 1991, as iniciativas de cooperação foram sendo progressivamente paralisadas. Sua retomada deverá decorrer da evolução do processo em curso de pacificação e recuperação econômica da RDC.

Segundo dados do Banco Central, a dívida externa congoleza com o Brasil é de apenas US\$500 mil, tendo sido contraída junto ao Instituto de Resseguros do Brasil.

No tocante ao intercâmbio comercial, os dados disponíveis indicam que as exportações brasileiras para a RDC somaram pouco mais de 9 milhões de dólares em 2003 contra cerca de 223 mil dólares de importações provenientes daquele País. Açúcar, produtos de confeitaria, carnes e miudezas estariam entre os principais itens exportados ao passo que, entre os importados, se destacariam os minérios e metais.

Os acordos bilaterais e outros atos encontram-se listados abaixo:

Acordos e atos internacionais	Local de assinatura	Entrada em vigor	Status
Declaração conjunta.	Kinshasa	9/11/72	Em vigor
Convenção geral de cooperação econômica, comercial,	Kinshasa	19/9/80	Em

técnica científica e cultural (assinado em novembro de 1972).			vigor
Protocolo para o estabelecimento de serviços aéreos.	Brasília	28/2/73	Em vigor
Acordo comercial.	Brasília	19/6/76	Em vigor
Acordo de cooperação cultural.	Brasília	19/6/76	Em vigor
Acordo de cooperação técnica e científica.	Brasília	19/6/76	Em vigor
Declaração conjunta.	Brasília	28/2/73	Em vigor
Protocolo complementar à Convenção geral de cooperação econômica, comercial, científica e cultural de 1972.	Brasília	17/2/87	Em vigor
Comunicado conjunto.	Brasília	17/2/87	Em vigor
Ajuste complementar à Convenção geral de cooperação econômica, comercial, científica e cultural, pertinente ao setor de transportes.	Brasília	17/2/87	Em vigor

Cabe registrar, finalmente, que o Brasil, de acordo com sua tradicional posição de apoio a soluções pacíficas, tem cobrado com os esforços de paz das Nações Unidas, mediante o envio à RDC de pessoal militar e duas aeronaves de transporte, no âmbito da Operação Artemis.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 06 - 04 - 2005